



José Pedro Simões Neto*

Luciana Zucco**

Maria das Dores Machado***

Fernanda Piccolo****

A produção acadêmica sobre diversidade sexual

Resumo: O presente artigo analisa como o tema da diversidade sexual tem sido desenvolvido na universidade brasileira. Os dados utilizados são oriundos da pesquisa “Homofobia e Violência”, realizada nos anos de 2007 e 2008. Seu pressuposto é de que, no campo da produção de conhecimento científico, a diversidade sexual vem se constituindo como um grande “guarda chuva”, utilizado para trabalhar com os assuntos relacionados às comunidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). A metodologia de pesquisa empregada foi quantitativa e a construção dos dados foi oriunda de um levantamento no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 1987 a 2006. A tendência da produção científica demonstra que, na atualidade, a diversidade sexual é tema de estudo da academia, ainda que, para abordá-lo, seja utilizado um conjunto de categorias que nem sempre apresentam o mesmo sentido ou nível de abrangência.

Palavras-chave: Produção acadêmica; diversidade sexual; sexualidade.

Abstract: The paper analysis how the sexual diversity theme has been approached at Brazilian university. The data collected was part of the research “Violence and Homophobia” realized during 2007 and 2008. The presupposition is that in the field of the production knowledge, the sexual diversity is a kind of “umbrella” used to deal with issues linked from lesbian communities, gays, bisexual, transvestite and transsexual (LGBT). The methodology used was quantitative. The data bank was built based on Bank of Thesis from CAPES, with data from 1987 to 2006. The trend of scientific production shows that, nowadays, the sexual diversity is an issue of study from academy. However to approach it has been used a group of categories that not always has the same sense or the same level of coverage.

Keywords: Academic production; sexual diversity; sexuality.

* Assistente social, doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM), atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), e professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). E-mail: josepeneto@gmail.com.

** Assistente social, doutora em Ciências da Saúde (IFF/FIOCRUZ) e professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (CSE/UFSC). E-mail: lpzucco@uol.com.br.

*** Cientista Social, doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: mddcm@uol.com.br.

**** Enfermeira, mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora titular da Universidade do Vale do Itajaí e Enfermeira da Prefeitura Municipal de Itajaí. E-mail: fernanda_piccolo@uol.com.br.

Introdução

Este artigo apresenta como o tema da diversidade sexual tem sido desenvolvido pela universidade brasileira. A produção de dados aqui trabalhada é oriunda da pesquisa “Homofobia e Violência: um estudo sobre os discursos e as ações das tradições religiosas brasileiras em relação aos GLBT”¹, realizada nos anos de 2007 e 2008. Interessa-nos, particularmente, a relação entre um conjunto de questões relacionadas à diversidade sexual nas teses de doutorado e nas dissertações de mestrado defendidas a partir de 1987. O pressuposto é de que, no campo da produção de conhecimento, a diversidade sexual vem se constituindo como um grande “guarda chuva”, utilizado para trabalhar com os assuntos relacionados às coletividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT²). Nos trabalhos científicos, esse fato se explicitaria na adesão ao uso do termo em detrimento de outros, uma vez que ele seria empregado para analisar e compreender a realidade LGBT.

Do apresentado decorrem afirmações e questionamentos intrinsecamente associados. Se novas categorias são adotadas pelo movimento político e pela academia para trabalhar com temas relacionados a afeto, identidades, orientação, práticas e direitos sexuais não inscritos na ordem da heteronormatividade, pode-se deduzir que está em curso um processo de expansão da discussão pública e da produção de informações e de conhecimento. A mudança da sigla de GLBT para LGBT é um exemplo dessa afirmação. Entretanto, a produção científica não indica clareza e consenso, por parte dos atores coletivos e instituições, sobre o uso da denominação e seus sentidos ao empregar o termo “diversidade sexual”: se ele é mais uma categoria de análise das pesquisas que envolvem a sexualidade ou se indica a constituição de uma área de estudos.

Vários foram os motivos que levaram ao recorte mencionado. Dentre eles, se destaca a produção literária sobre diversidade sexual. Esta tem sido construída através de constante diálogo entre academia e movimentos sociais. Carrara afirma que a produção do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ), que está entre as três instituições mais produtivas acerca do tema, não é desenvolvida para fins puramente acadêmicos. Em suas palavras, os estudos sobre diversidade sexual têm por objetivo “oferecer aos pesquisadores, militantes e formuladores de políticas públicas nessa área, não apenas informações qualificadas e úteis, mas também novas questões e novos problemas” (2005, p.18).

Outro motivo é a importância das instituições de ensino superior como centro do pensamento crítico social e de produção de conhecimento. Os trabalhos universitários, principalmente as dissertações de mestrado e as teses de doutorado, terminam influenciando o debate nacional e a mobilização política. Isso porque esses

¹ Estudo realizado pela ESS/UFRJ e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Enfermagem Anna Nery, da UFRJ. Contou com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (MS/SVS/PN-DST/AIDS), pelo Projeto de Cooperação Técnica Internacional AD/BRA/03/H34 firmado entre o governo brasileiro e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

² Cabe destacar que a terminologia utilizada pelo MS/SVS/PN-DST/AIDS ao se referir aos segmentos que fazem parte da diversidade sexual era “GLBTB”. Contudo, a partir da realização da I Conferência Nacional GLBT em 2008, utilizou-se a sigla LGBT em substituição a GLBT, em consonância com as tendências internacionais, ao projetar a atuação das lésbicas na superação da ideologia patriarcal e de dominação masculina, e foi pleiteada por elas na referida Conferência.

trabalhos geram publicações em periódicos e os autores, por vezes, são chamados a manifestar suas opiniões na mídia e junto a outros formadores de opinião, e a produção acadêmica contribui na formação das futuras gerações de profissionais. O conjunto desses elementos constrói um mosaico de leituras sobre o tema, sendo uma delas a dos direitos sexuais.

A discussão de direitos sexuais é priorizada devido à sua importância acadêmica e política. Do ponto de vista acadêmico, o debate da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e de suas relações pessoais não se limita à orientação e à atenção à reprodução e às doenças sexualmente transmissíveis. Segundo Cook, Dickens e Fathalla (2004) seus componentes abarcam as condições para que os sujeitos tenham satisfação mútua nas relações sexuais; proteção contra abuso sexual, contra doenças sexualmente transmissíveis (DST), coerção e assédio e êxito no alcance ou prevenção da gravidez. Ou seja, sua contribuição está no alargamento conceitual dos direitos humanos.

A dimensão política, por sua vez, trata do compromisso assumido pelos diferentes países signatários da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CAIRO, 1994) e da Conferência Mundial sobre a Mulher (PEQUIM, 1995), que institucionalizaram o termo “saúde sexual”. Em suas Plataformas (2004a e 2004b), tais Conferências previram a promoção da concepção ampliada da saúde sexual e o compromisso dos governos, inclusive do brasileiro, de garanti-la como política social pública, assegurando, com isso, subsídios ao Movimento LGBT para se colocar politicamente em prol de suas reivindicações.

Desta forma, no momento em que há uma promoção dos direitos sexuais e de uma política sexual na agenda pública brasileira, como resultado da ação de vários movimentos sociais, as lideranças religiosas posicionam-se a respeito da homossexualidade e do conjunto de demandas apresentadas pelo movimento LGBT. Este campo de debates torna-se, assim, um possível objeto de discussões e de análises por parte da academia, conforme demonstram os estudos de Kulick (2008), Ramos e Carrara (2004), Mott, Cerqueira e Almeida (2002), Uziel (2002), Adelman (2000), e Fry e MacRae (1993). Ele pode, ainda, contribuir para a compreensão dos comportamentos dos agentes sociais envolvidos e dos imperativos socioculturais que informam a sociedade brasileira, fornecendo igualmente uma visão geral dos debates existentes na sociedade.

Neste sentido, faz-se necessário investigar quais os temas que os trabalhos realizados nos cursos de pós-graduação no Brasil têm focado. Duas questões nortearam a análise da produção acadêmica sobre diversidade sexual, a saber: 1) o mapeamento das dissertações e teses do banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que retrata a tendência da produção de conhecimento e, por conseguinte, o movimento de aproximação e compreensão da realidade, uma vez que muitos trabalhos resultam de pesquisas empíricas; 2) as produções de pós-graduação *stricto sensu* que demonstram os assuntos caros aos programas nas diferentes regiões do país e como estes são abordados.

Neste momento, como referência de análise para desenvolver o presente texto, diversidade sexual é aqui utilizada como categoria que possibilita tanto explicitar as formas de identificação entre os sujeitos (HITA, 2002) e suas espe-

cificidades, mediante as identidades ou orientações sexuais, quanto organizar suas particularidades e demandas em segmentos, abarcando assim lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). As múltiplas identidades geram simultaneamente necessidades próprias e comuns, materializadas em reivindicações que demonstram as singularidades e denunciam o compartilhamento das discriminações e da exclusão social vivenciado pelo segmento LGBT.

Para melhor exposição dos dados, este artigo apresenta a seguinte sequência: questões metodológicas, que esclarecem o caminho percorrido, discussão dos resultados e considerações finais.

Metodologia

A abordagem de pesquisa empregada foi quantitativa e a construção dos dados foi oriunda de um levantamento no Banco de Teses da CAPES, no período de 1987 a 2006, uma vez que esse portal disponibiliza produções digitalizadas a partir de 1987. Este levantamento consistiu na identificação dos trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* com os descritores: *homofobia*, *diversidade sexual*, *homossexual*, *homossexualidade*, e *lésbica*, identificados através dos seguintes campos do referido banco: “Título” e “Assunto”. Uma preocupação constante foi a de apreender a relação desses descritores com os temas relativos à homofobia (preconceito, intolerância, violência, estigma de comportamentos homoafetivos).

Tais descritores compreendem historicamente o campo temático de discussão da diversidade sexual e garantiram elementos para estabelecer a relação com as produções teóricas sobre homofobia. Para tanto, foi realizada a análise descritiva, bem como o cruzamento de variáveis através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). A utilização desse tipo de tratamento estatístico possibilitou discorrer sobre o desenvolvimento temporal através da delimitação das tendências da produção sobre o tema e definir suas distinções e seus perfis.

A análise compreendeu a organização dos trabalhos em um banco de dados, segundo: o nível de qualificação (mestrado ou doutorado), o sexo do autor (feminino ou masculino), o ano de conclusão, a área e a subárea de conhecimento (a partir da classificação da CAPES), a instituição de ensino superior a que o estudo esteve vinculado (pública ou privada), a região do país, e as palavras-chave indicadas pelos autores.

Em função da quantidade de palavras-chave encontradas, estas foram classificadas, considerando-se a discussão sobre diversidade sexual: *bissexualidade*; *direitos humanos* (justiça, Constituição Federal Brasileira, reconhecimento jurídico, reconhecimento social, convenções internacionais, entre outras); *diversidade sexual* (*teoria queer*, movimento gay, ativismo local, movimento homossexual, festival GLBT de cinema, entre outras); *gênero* (masculino, feminino, identidade de gênero, violência por parceiro íntimo, dominação, mulher, entre outras); *HIV/Aids* (transmissão do HIV, testagem anti-HIV, marcadores sorológicos, fator de risco, banco de sangue, entre outras); *heterossexualidade* (heteronormatividade, heterossexismo); *homofobia* (discriminação, estigma, preconceito, normalização da homofobia, segregação social, intolerância, exclusão branda, entre outras); *homoparentalidade* (adoção, parentesco, família, união estável, dinâmica familiar); *homossexualidade* (homossexual,

gays, lésbicas, práticas sexuais entre homens, homoerotismo, entre outras); *identidade sexual* (identidades sexuais, identidade GLBTs, identidade social, estilo de vida gay, entre outras); *outras doenças* (DST, hepatite, febre, infecções oportunistas, herpes vírus, entre outras); *parceria civil* (casamento gay, casais homoafetivos, união homossexual, parentalidade homossexual, famílias homossexuais, união civil, união de pessoas do mesmo sexo, entre outras); *política sexual* (política sexual, saúde sexual e reprodutiva, anticoncepção, direitos sexuais, cidadania, políticas públicas, entre outras); *prostituição, sexualidade* (corpo, prazer sexual, relações afetivo-sexuais, sexo, erótico, intimidade, subjetividade sexual, prática sexual, entre outras); *transexual* (transgênero, intersex); *travesti/ drag queen*; *religião* (conversão, pentecostalismo, candomblé, ética sexual católica, igreja, entre outras).

Nota-se que as palavras-chave ilustram a classificação realizada, apesar de não ter sido possível incluir todas as palavras-chave identificadas com os temas principais. Para Minayo (1993), o trabalho de classificação consiste em congregar em torno de um único tema um conjunto de categorias, bem como seus aspectos, noções e sentidos, respeitando os pontos de convergência entre as mesmas e sua associação com o recorte do estudo.

Resultados

Para apresentar a descrição e análise dos 347 trabalhos identificados, sendo 289 dissertações de mestrado (83,3%) e 58 teses de doutorado (16,7%), os resultados foram divididos em três sessões: a primeira analisa a evolução temporal das produções; a segunda os programas de pós-graduação que estudaram o tema da Diversidade Sexual, assim como as áreas e subáreas de conhecimento que mais se dedicaram a ele. Na terceira, são analisados os principais temas enfocados em cada um dos momentos de produção acadêmica.

Evolução Temporal

O primeiro ponto a ser destacado é a evolução temporal dos trabalhos acadêmicos defendidos. Desde 1988, portanto, um ano após os primeiros registros existentes no Portal CAPES, contabilizam-se dissertações defendidas abordando temas relativos à diversidade sexual. As três primeiras dissertações registradas, em 1988, foram identificadas no programa de Clínica Médica da Universidade Federal da Bahia, (UFBA), nos programas de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Metodista de São Paulo. (UNIMEP – SP). Os temas versavam sobre AIDS, homossexualidade e perversão sexual.

Do exposto, duas reflexões são colocadas. Primeira, as áreas dos programas, bem como o tema “perversão sexual”, indicam um entendimento sobre homossexualidade e, conseqüentemente, das disciplinas que dela se ocupam. A superação da concepção de homossexualidade como doença pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), em 1980, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1983, e pelos Conselhos Federais Brasileiros de Medicina e de Psicologia, em 1985, demora um tempo a ser apropriada pela academia.

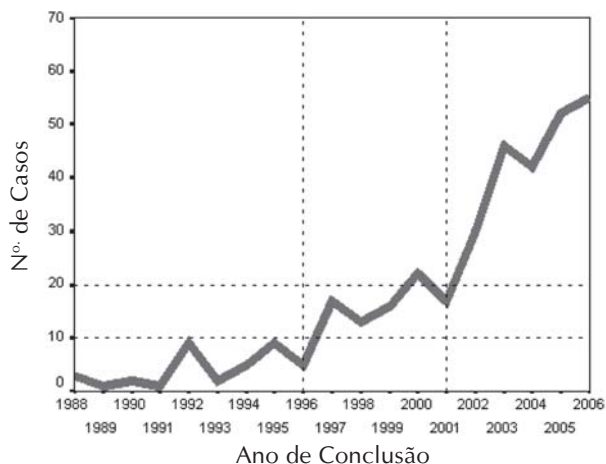
Aquino (2006), Bozon (2004), Heilborn (1999), Loyola (1998) afirmam que o advento e a expansão do HIV/AIDS recolocaram a sexualidade como foco dos

estudos, além de promover inúmeras publicações. É possível mencionar que um dos temas recorrentes era a homossexualidade, principalmente a masculina, os “riscos” de contaminação pelo vírus do HIV e suas formas de prevenção.

Embora não se tenham registros de teses ou dissertações defendidas em 1987 sobre temas relacionados à diversidade sexual, poucas foram as defesas concluídas ao longo da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990. Em 1989 e em 1991, por exemplo, foi registrado, respectivamente, um único trabalho por ano. Assim, mesmo que tenham existido teses ou dissertações anteriores a 1987, o mais esperado é que elas tenham ocorrido em número reduzido de casos.

O gráfico 1 abaixo mostra que o ritmo de crescimento dos trabalhos apresentados só ocorre, com mais expressividade, após 1996, isto é, na segunda metade da década de 1990:

Gráfico 1 – Distribuição da produção acadêmico-científica sobre diversidade sexual: Brasil, 1987-2006.



Fonte: Banco de teses da CAPES, mês e ano da coleta de dados.

O gráfico 1 indica, ainda, que a produção apresentou três momentos distintos: momento 1, “entre 1988 e 1996”, quando há o começo das produções sobre os temas da diversidade sexual, não chegando a mais que dez trabalhos defendidos por ano; momento 2, “entre 1997 e 2001”, que corresponde à faixa de produção entre dez e vinte trabalhos por ano; momento 3, “2002 e seguintes”, quando a produção é superior a vinte trabalhos por ano. Nota-se que é visível a expansão da produção e que ela atinge seu ápice no século XXI. Indaga-se então o que motivou esse desenho estatístico. Nessa trajetória, o que foi privilegiado como objeto de estudo foi; institucionalmente, quem pesquisa sobre o tema e em que áreas os estudos estão concentrados; quais os termos empregados.

Diante das questões suscitadas, afirma-se que cada momento retrata acúmulos de discussões, de posições teóricas e de conquistas políticas do Movimento LGBT,

e que vários são os elementos que levaram a tais cenários. Para além do contexto social e político brasileiro dos anos 1970 e 1980, que favoreceu a instituição do Movimento Homossexual (FRY; MACRAE, 1993), um fator fundamental foi sua proximidade e associação com o Movimento Feminista. Essa interlocução promoveu encontros e produções com ressonância na academia, que passa a se debruçar sobre as realidades e as demandas dos homossexuais.

Entretanto, sem esgotar ou responder todos os questionamentos decorrentes do crescimento dos trabalhos a respeito das questões que envolvem a diversidade sexual, algumas considerações podem ser feitas sobre as especificidades de cada momento. O momento 1 é instituído por intensos debates endógenos aos movimentos homossexual e feminista, e de alianças políticas entre eles. Estas eram resultantes da condição de subordinação de seus integrantes à dinâmica patriarcal, o que gerava discriminações, bem como reivindicações em torno da sexualidade. As principais demandas giravam em torno do domínio sobre o corpo, das práticas sexuais desvinculadas da reprodução, do comportamento sexual distinto do sexo de origem, da prevenção de DST, dentre outras, que passam a ser capturadas pelas pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Todavia, o momento 1 explicita também a limitação de tais questões serem incorporadas pela academia como objetos de investigação, anteriormente observado por Scavone (1989) ao tratar da relação gênero *versus* produção de conhecimento. Ou seja, a visibilidade política das principais manifestações do então movimento homossexual (FRY; MACRAE, 1993), em prol da destituição da homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID), e do movimento feminista, na promoção da equidade entre o feminino e masculino e na institucionalização do conceito de gênero, não se fizeram, analogamente, no campo do conhecimento nos anos de 1980 e início de 1990.

O momento 2, por sua vez, demonstra que os temas do movimento homossexual e feminista se constituíram como objetos de investigação pela academia, visto o aumento significativo da produção se comparado ao período precedente. Sugere, igualmente, a ampliação da visibilidade política desses movimentos no cenário nacional. Algumas conquistas nacionais relacionadas ao público LGBT e ao feminino corroboram esta afirmação. Dentre os avanços históricos, cita-se a criação do I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) de 1996, com a finalidade de prevenir a violência contra grupos em situação de vulnerabilidade, abarcando mulheres e homossexuais.

É preciso, no entanto, considerar que o conjunto de direitos assegurados, inclusive os sexuais, foi impulsionado pelas Conferências Internacionais de Cairo e Pequim, que somaram esforços aos processos sociais instituídos. Os resultados de tais convergências foram, no país, o II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), de 2002, que prevê a orientação sexual como objeto de políticas públicas, e o Programa Brasil Sem Homofobia de 2004, como uma das políticas sociais. Tal cenário aponta para como as questões que envolvem a diversidade sexual se tornaram importantes para a academia e, conseqüentemente, para a compreensão das relações sociais.

O momento 3 é o período de acúmulo e de concentração do crescimento da produção acadêmica, indicando o quão recente é esta construção, assim como os

termos e categorias utilizados para tratar da diversidade sexual. Pode-se aferir, ainda, que tal processo de produção, considerando as especificidades do movimento LGBT e feminista, remete ao percurso dos estudos feministas até se estabelecerem como área de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais e Humanas (HITA, 2002; PISCITELLI, 2004).

Ademais, a luta feminista conferiu sustentação à discussão política do movimento LGBT e densidade aos estudos da diversidade sexual. Ou seja, a passagem da discussão focada na mulher para o direito e a saúde sexuais significou ampliá-la, incluindo a orientação homossexual, a bissexual, e as experiências transexual e travesti: “um direito à sexualidade deve cuidar não só da proteção de um grupo sexualmente subalterno em função do gênero e do sexo. Outras identidades reclamam essa proteção, como ocorre com gays, lésbicas e transgêneros” (RIOS, 2006, p. 82). Desta forma, ainda conforme Rios (2006), as lutas e bandeiras do movimento feminista, principalmente a respeito da saúde sexual e reprodutiva, estabeleceram elos de intercessão com as demandas do movimento LGBT.

É possível registrar ainda que, entre o primeiro momento, em que havia poucos trabalhos defendidos a cada ano, e o atual, com mais de cinquenta trabalhos defendidos anualmente, mudanças significativas são registradas na produção nacional sobre os temas que envolvem a diversidade sexual, como poderá se identificar nas demais seções.

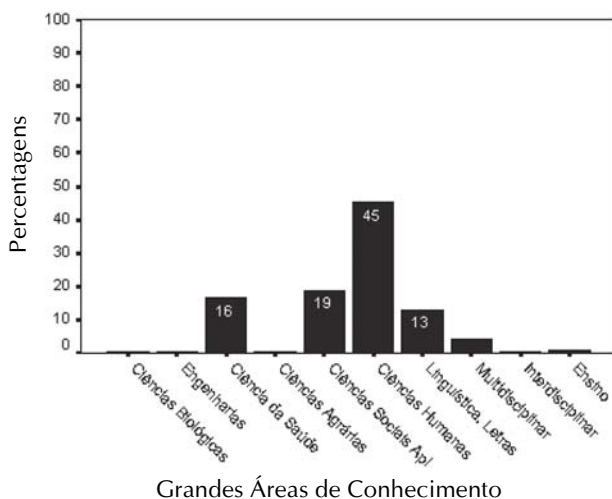
Programas e Áreas de Conhecimento

Outro ponto a ser detalhado refere-se à distribuição das defesas por programas e áreas temáticas. Não foi registrado nenhum curso com um grande volume de teses ou dissertações defendidas neste tema entre os anos de 1988 e 2006. Foram identificadas 71 instituições de ensino que produziram teses e dissertações sobre diversidade sexual. No total, foram 189 programas de pós-graduação, que geraram 347 teses e dissertações de mestrado entre os anos considerados. Isto significa que os programas foram responsáveis, em média, por menos de dois estudos por ano.

No entanto, quando se observa a produção de cada um dos programas, de *per si*, verifica-se que nenhum deles teve um ou mais trabalhos defendidos por ano. Assim, somente três programas se sobressaem com dez ou mais estudos apresentados nos 18 anos considerados: o Programa de Saúde Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com 11 trabalhos; o Programa de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com 11 trabalhos, e o Programa de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), com dez trabalhos. A produção dos três programas juntos não soma 10% da produção nacional.

Pela grande dispersão das produções em muitos programas de pós-graduação, a análise a seguir irá se deter, especificamente, nas áreas e subáreas do conhecimento a que estavam vinculadas, tal como definidas pela CAPES, visando concentrar os resultados. Primeiramente, privilegia-se a divisão das teses pelas grandes áreas do conhecimento, conforme o gráfico 2:

Gráfico 2 – Distribuição da produção acadêmico-científica sobre diversidade sexual, segundo áreas de conhecimento: Brasil, 1987-2006.



Fonte: Banco de teses da CAPES, 2011.

O primeiro ponto a observar é que há produção sobre temas relativos à diversidade sexual em todas as áreas do conhecimento. Entre as dez áreas consideradas, no entanto, quatro delas se sobressaem, concentrando 93% da produção, a saber: Ciências Humanas (45%), Ciências Sociais Aplicadas (19%), Ciências da Saúde (16%) e Linguística, Letras e Artes (13%). A tabela 1 demonstra como ocorre a produção de cada área pelos momentos de produção.

No momento 1 são defendidos apenas 10,7% dos trabalhos. Metade da produção é realizada pelas disciplinas de Ciências Humanas, sendo o restante subdividido, basicamente, entre as disciplinas de Ciências da Saúde e de Linguística, Letras e Artes. No momento 2 são defendidos 24,5% dos trabalhos. Há, entretanto, uma mudança significativa no cenário: as Ciências Humanas continuam à frente das produções, mas com um volume (proporcionalmente) menor do que no período anterior; a segunda grande área permanece sendo a de Ciências da Saúde; a terceira posição deixa de ser ocupada pelas disciplinas de Linguística, Letras e Artes, uma vez que a produção da área de Ciências Sociais Aplicadas triplica (proporcionalmente). No entanto, o que mais chama a atenção nesse momento 2 é a contribuição das áreas que ainda não haviam ingressado no debate.

Nas Ciências Biológicas são identificados dois estudos na subárea de Biologia, tratando especificamente sobre o HIV/AIDS; nas Engenharias foi registrado um único trabalho, na subárea de Engenharia Elétrica, sobre homossexualidade e HIV/AIDS; nas Ciências Agrárias, foi registrado um único trabalho, na subárea de Extensão Rural, sobre religião e homossexualidade através da recepção de novelas em Serra Saudade (Minas Gerais); nos Programas Multidisciplinares são identificados três trabalhos cujos temas enfatizam “diversidade sexual”, “sexualidade”, “família”, “ho-

Tabela 1 – Distribuição das grandes áreas de conhecimento na produção acadêmico-científica sobre diversidade sexual, segundo momentos de produção: Brasil, 1987-2006

Grandes áreas do conhecimento	Momentos			
	Momento 1	Momento 2	Momento 3	Total
1. Ciências Biológicas	-	2 (2,4%)	-	2 (0,6%)
2. Engenharias	-	1 (1,2%)	-	1 (0,3%)
3. Ciência da Saúde	8 (21,6%)	18 (21,2%)	31 (13,8%)	57 (16,4%)
4. Ciências Agrárias	-	1 (1,2%)	-	1 (0,3%)
5. Ciências Sociais Aplicadas	2 (5,4%)	14 (16,5%)	49 (21,8%)	65 (18,7%)
6. Ciências Humanas	20 (54,1%)	35 (41,2%)	102 (45,3%)	157 (45,2%)
7. Linguística, Letras e Artes	7 (18,9%)	9 (10,6%)	29 (12,9%)	45 (13,0%)
8. Multidisciplinar	-	4 (4,7%)	10 (4,4%)	14 (4,0%)
9. Interdisciplinar	-	1 (1,2%)	1 (0,4%)	2 (0,6%)
10. Ensino	-	-	3 (1,3%)	3 (0,9%)
Total	37 (10,7%)	85 (24,5%)	225 (64,8%)	347 (100,0%)

Fonte: Banco de teses da CAPES, 2011.

mossexualidade” e “homens que fazem sexo com homens”; e nos Programas Interdisciplinares são registrados dois trabalhos, na subárea “Sociais e Humanidades”, ambos sobre homossexualidade.

O momento 3 é responsável por, praticamente, 65% de toda a produção. Há um novo rearranjo na importância de cada uma das áreas para a produção sobre Diversidade Sexual: as Ciências Sociais estacionam com uma contribuição de quase metade (45%) de todas as produções; as Ciências Sociais Aplicadas crescem em importância, assumindo o segundo posto, passando a ter mais produção do que as Ciências da Saúde. Estas últimas passam para a terceira posição, seguidas de Linguística, Letras e Artes.

Após esta caracterização mais ampla, a análise a seguir detalha a contribuição das subáreas de conhecimento de cada uma das principais áreas, conforme o desdobramento de cada uma delas.

Ciências Humanas

A primeira área, de Ciências Humanas, soma 45% de todas as publicações. A tabela a seguir apresenta como a produção se distribui pelas subáreas do conhecimento e pelos momentos de produção anteriormente identificados.

Nas Ciências Sociais, três disciplinas concentram a discussão sobre diversidade sexual: Psicologia, Antropologia, Educação e Sociologia. Em todos os três momentos, os estudos em Psicologia têm prevalência sobre os demais. No entanto, com a expansão das outras áreas no momento 3, a importância desta subárea diminui de 55% (momento 1) para 35% (momento 3). Os estudos em Antropologia são significativos em todos os três momentos, estando em segundo no momento 1 e em

Tabela 2 – Distribuição dos momentos da produção acadêmico-científica sobre diversidade sexual, segundo subáreas das Ciências Humanas: Brasil, 1987-2006

Subáreas do conhecimento	Momento 1	Momento 2	Momento 3	Total
Psicologia ⁴	11 (55%)	22 (63%)	36 (35%)	69 (43,9%)
Antropologia	4 (20%)	4 (11%)	16 (16%)	24 (15,3%)
Educação	-	2 (6%)	21 (21%)	23 (14,6%)
Sociologia	4 (20%)	5 (14%)	12 (12%)	21 (13,4%)
História	1 (5%)	1 (3%)	5 (5%)	7 (4,5%)
Teologia	-	1 (3%)	5 (5%)	6 (3,8%)
Ciências Sociais	-	-	2 (2%)	2 (1,3%)
Filosofia	-	-	2 (2%)	2 (1,3%)
Geografia	-	-	2 (2%)	2 (1,3%)
Ciência Política	-	-	1 (1%)	1 (0,6%)
Total	20 (12,7%)	35 (22,3%)	102 (65,0%)	157 (100,0%)

Fonte: Banco de teses da CAPES, 2011.

terceiro nos momentos 2 e 3. A produção na subárea de Educação é expressiva somente no momento 3.

Ciências Sociais Aplicadas

A área das Ciências Sociais Aplicadas soma 18,7% de todas as publicações, segundo é demonstrado na tabela abaixo.

No momento 1, a área das Ciências Sociais Aplicadas praticamente não oferece nenhuma contribuição para o debate, como observado acima. No momento 2, a produção nesta área é realizada, sobretudo, na subárea de Comunicação Social e, de forma ainda parcimoniosa, na subárea de Direito. Entretanto, no momento 3, esta última subárea passa a contar com um volume expressivo de publicações, assumindo assim o Direito, a posição de protagonista. As produções em Serviço Social, Arquitetura e Economia são muito pouco relevantes, somando pouco mais de 6% do total de produções.

Ciências da Saúde

A terceira área, das Ciências da Saúde, soma 16% de todas as publicações, como pode ser constatado no próximo quadro.

³ Na codificação das áreas de conhecimento da CAPES não há uma classificação específica para os estudos em Psicanálise. Por isso, os estudos encontrados foram agregados à subárea de Psicologia.

Tabela 3 – Distribuição dos momentos da produção acadêmico-científica sobre diversidade sexual, segundo subáreas das Ciências Sociais Aplicadas: Brasil, 1987-2006

Subáreas do conhecimento	Momento 1	Momento 2	Momento 3	Total
Direito		5 (36%)	32 (65%)	37 (56,9%)
Comunicação	1 (50%)	8 (57%)	12 (24%)	21 (32,3%)
Administração	-	-	2 (4%)	2 (3,1%)
Serviço Social	-	1 (7%)	1 (2%)	2 (3,1%)
Arquitetura	1 (50%)	-	-	1 (1,5%)
Economia	-	-	1 (2%)	1 (1,5%)
Não Especificado	-	-	1 (2%)	1 (1,5%)
Total	2 (3,1%)	14 (21,5%)	49 (75,4%)	65 (100%)

Fonte: Banco de teses da CAPES, 2011.

Tabela 4 – Distribuição dos momentos da produção acadêmico-científica sobre diversidade sexual, segundo subáreas das Ciências da Saúde: Brasil, 1987-2006

Subáreas do conhecimento	Momento 1	Momento 2	Momento 3	Total
Saúde Coletiva	2 (25%)	3 (17%)	20 (65%)	25 (43,9%)
Medicina I, II e III	6 (75%)	12 (67%)	6 (19%)	24 (42,1%)
Enfermagem		3 (17%)	1 (3%)	4 (7,0%)
Educ. Física			3 (10%)	3 (5,3%)
Farmácia			1 (3%)	1 (1,8%)
Total	8 (14,0%)	18 (31,6%)	31 (54,4%)	57 (100,0%)

Fonte: Banco de teses da CAPES, 2011.

Tabela 5 – Distribuição dos momentos da produção acadêmico-científica sobre diversidade sexual, segundo subárea de Linguística, Letras e Artes: Brasil, 1987-2006

Subáreas do conhecimento	Momento 1	Momento 2	Momento 3	Total
Letras	5 (71%)	4 (44%)	18 (62%)	27 (60,0%)
Linguística	1 (14%)	2 (22%)	7 (24%)	10 (22,2%)
Literatura		3 (33%)	4 (14%)	7 (15,6%)
Artes	1 (14%)	-	-	1 (2,2%)
Total	7 (15,6%)	9 (20,0%)	29 (64,4%)	45 (100,0%)

Fonte: Banco de teses da CAPES, 2011.

Nas Ciências da Saúde o debate é dividido entre as disciplinas referentes à Saúde Coletiva e às relativas à Medicina⁴. No entanto, há uma clara inversão: a importância das publicações em Saúde Coletiva sai de 25% (momento 1) para 65% (momento 3). Em Medicina, os percentuais decrescem de 75% (momento 1) para apenas 19% (momento 3). Todas as demais subáreas apresentam contribuições muito pequenas para o debate, não chegando a 15% do total da área.

Linguística, Letras e Artes

A quarta área soma 13% de todas as publicações, conforme apontam os dados da Tabela 5.

Na área de Linguística, Letras e Artes, a subárea de Letras tem prevalência sobre as demais em todos os três momentos considerados, seguido sempre da subárea de Linguística. Nestas duas áreas, a produção é regular em todos os três momentos, diferentemente da subárea de Literatura, em que a produção apenas se inicia no momento 2, com uma pequena contribuição tanto neste quanto no momento 3.

Na análise das Grandes Áreas, pode-se observar que cada uma das quatro principais áreas é representada por uma subárea entre as cinco primeiras posições. Estas cinco subáreas congregam cerca de metade de toda a produção. Desta forma, as publicações na área de Psicologia são referências para a área de Ciências Humanas; Direito para a área de Ciências Sociais Aplicadas; Letras para a área de Linguística, Letras e Artes; e Medicina I, II e III e Saúde Coletiva (separadamente) para a área de Ciências da Saúde.

Temas

O último ponto a observar são os temas estudados nos trabalhos apresentados, segundo os momentos de produção e as áreas de conhecimento. Os temas foram classificados através das três palavras-chave presentes em cada um dos trabalhos. Com isso, o total de temas possível é superior ao número de trabalhos propriamente ditos. A tabela 6 demonstra a importância que os mesmos assumiram na produção acadêmica.

A tabela 6 evidencia uma importante modificação nos temas estudados na área da Diversidade Sexual. No momento 1, a homossexualidade é o tema predominantemente discutido, sendo mais relevante nos estudos de Psicologia e Letras do que nas demais subáreas. Neste momento, o tema do HIV/AIDS é extremamente relevante, sendo focado com bastante regularidade nas disciplinas de Psicologia, Saúde Coletiva e Medicina.

No momento 2 há uma permanência dos seis temas principais do momento 1, com apenas algumas trocas de posição. A homossexualidade permanece como o principal tema estudado, estando presente em metade de todos os trabalhos identificados. Sexualidade e HIV/AIDS trocam de posições, sendo que o primeiro tema ganha importância, enquanto o segundo perde relevância no debate. O tema de gênero permanece com a mesma importância do Momento 1. Identidade sexual e outras doenças trocam também de posição, no mesmo movimento identificado entre sexualidade e HIV/AIDS.

⁴ Deve-se lembrar que a subárea de Psiquiatria faz parte da grande área da Medicina.

Tabela 6 – Distribuição dos temas pesquisados, segundo momentos de produção acadêmico-científica sobre diversidade sexual: Brasil, 1987-2006

Temas	Momento 1	Momento 2	Momento 3	Total
1. Homossexualidade ↓	25 (67,7%)	44 (52%)	135 (60%)	204 (59%)
2. Sexualidade ↓	8 (21,6%)	17 (20%)	33 (15%)	58 (17%)
3. Gênero ↓	7 (18,9%)	14 (16%)	33 (15%)	54 (16%)
4. Política Sexual ↑	2 (5,4%)	9 (11%)	39 (17%)	50 (14%)
5. HIV/AIDS ↓	10 (27,0%)	15 (18%)	25 (11%)	50 (14%)
6. Homofobia ↑	2 (5,4%)	6 (7%)	31 (14%)	39 (11%)
7. Identidade Sexual ↑	4 (10,8%)	9 (11%)	23 (10%)	36 (10%)
8. Diversidade Sexual ↑	2 (5,4%)	4 (5%)	23 (10%)	29 (8%)
9. Homoparentalidade ↑	1 (2,7%)	6 (7%)	18 (8%)	25 (7%)
10. Parceria Civil ↑	1 (2,7%)	3 (4%)	20 (9%)	24 (7%)
11. Outras Doenças ↓	6 (16,2%)	9 (11%)	7 (3%)	22 (6%)

Fonte: Banco de teses da CAPES, 2011.

No momento 3, entre todos os temas, a homossexualidade continua como principal enfoque geral, e nas subáreas de Psicologia e Letras. No entanto, o segundo tema mais abordado deixa de ser a sexualidade para se tratar das Políticas Sexuais. Neste caso, a contribuição da área de Direito é a mais significativa, pois discute as repercussões legais das demandas do movimento GLBT.

Ademais, destaca-se que “Gênero e Sexualidade” permanecem como temas relevantes na agenda em todos os três momentos, sendo tratados, principalmente, na área de Letras. Além disso, o tema da Homofobia passa a compor a lista dos cinco principais temas mais abordados, sendo o Direito, novamente, uma área de destaque nestas produções.

O tema do HIV/AIDS permanece relevante nas duas subáreas das Ciências da Saúde, principalmente na de Medicina. Entretanto, esse tema passa a ser minoritariamente discutido nas demais áreas, assim como “outras doenças”, deixando de ser o segundo mais abordado para figurar apenas na sexta posição. Todos os demais temas figuram como complementares e minoritários na discussão. Entre estes, se destaca a importância que o tema da Parceria Civil passa a ter na área do Direito.

Considerações Finais

A análise realizada, primeiramente, aponta para a consistência dos três momentos de produção. Assim, do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 e 2000, a produção sobre diversidade sexual altera-se a partir dos seguintes parâmetros:

1. Conta-se hoje com uma proporção muito maior de teses de doutorado sobre o tema;
2. Dobra a importância dos trabalhos realizados nos doutorados;

3. As áreas de conhecimento Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas dominam o debate atual, enquanto, no momento 1, as discussões eram concentradas entre as Ciências Humanas e da Saúde;

4. As subáreas de conhecimento, Psicologia, Medicina e Letras dominam o debate no momento 1; no momento 3, o debate torna-se muito mais diversificado, crescendo o número de disciplinas que passam a tratar os temas da Diversidade Sexual. Psicologia e Direito se sobressaem neste último momento;

5. No momento 1, Psicologia e Letras discutiam basicamente homossexualidade, gênero e HIV/AIDS, enquanto a Medicina estudava a relação entre HIV/AIDS, outras doenças e homossexualidade; no momento 3, Psicologia permanece estudando homossexualidade, associada ao tema da identidade sexual e a um conjunto amplo de outros temas; Direito, entretanto, discute, predominantemente, parceria civil e homossexualidade;

6. Os temas homossexualidade, sexualidade, gênero, HIV/AIDS e outras doenças perdem importância no debate; os temas política sexual, homofobia, identidade sexual, diversidade sexual, homoparentalidade e parceria civil ganham relevância no debate; os temas direitos humanos, transexual, travesti, drag queen, heterossexualidade, prostituição e bissexualidade passam a fazer parte do debate.

Logo, a tendência da produção científica demonstra que, na atualidade, a diversidade sexual é tema de estudo da academia, ainda que, para abordá-lo, seja utilizado um conjunto de termos. Seu uso é recente, assinalando um processo de adesão ao termo que faz frente à denominação “homossexualidade”. Entretanto, mais do que um consenso em torno de conceitos, indica processos de discussão dados e possíveis recortes, leituras e aproximações à realidade, próprios da construção do conhecimento.

Nesse sentido, os dados confirmam empregos variados de denominações para tratar da diversidade sexual, nem sempre com o mesmo sentido ou com o mesmo nível de abrangência – categoria, conceito ou área de conhecimento. No entanto, a atenção dos estudos se volta mais para o empírico do que para a forma como se dá a interferência dos mesmos na produção do conhecimento científico sobre o tema. Assim, o acompanhamento da produção poderá, com melhor propriedade, evidenciar o tom e a dimensão do debate, além de seu avanço político no cenário brasileiro.

Referências bibliográficas

- ADELMAN, M. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. *Revista de Sociologia e Política*, n. 14, p. 163-171, jun. 2000.
- AQUINO, E. M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 40, n. especial, p. 121-32, 2006.
- BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, Ministério da Saúde, 2004.
- CARRARA, S. O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, M. et. al. (Orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- COOK, R.J.; DICKENS, B.M.; FATHALLA, M.F. (Orgs.) *Saúde reprodutiva e direitos humanos*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2004.
- FRY, P.; MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- HEILBORN, M. L. (Org.). Construção de si, gênero e sexualidade. In: *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 40-58.
- HITA, M. G. Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA H. B.; COSTA R.G.; RAMÍREZ M.C.; SOUZA E.R. (Orgs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: CDAPH, 2002. p. 319-351.
- KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.
- LOYOLA, M. A. Sexo e sexualidade na antropologia. In: LOYOLA, M. (Org). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 17-47.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa (qualitativa) em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.
- MOTT, L.; CERQUEIRA, M.; ALMEIDA, C. *O crime anti-homossexual no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.
- PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, C. de L.; SCHMIDT, S.P. (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 43-66.
- RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. *Horizontes antropológicos*, v. 12, n. 26, p. 71-100, jun-dez. 2006.
- RAMOS, S.; CARRARA, S. Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa na parada do orgulho GLBT – Rio 2003. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro, CESEC-UCAM, v. 2, n. 1, 2004.
- SCAVONE, L. Mulheres pesquisando mulheres: uma experiência na área de saúde. In: LABRA, M. E. (Org.). *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis, Vozes/A-BRASCO, 1989, p. 276-295.

UZIEL, A. P. Da intenção ao direito: homossexualidade e adoção no Brasil. In: ALMEIDA, H. B.; COSTA, R. G.; RAMÍREZ, M. C.; SOUZA, E. R. (Orgs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: CDAPH, 2002, p. 153-176.

Sites Consultados

UNITED NATIONS. Beijing Declaration and Platform for Action. FWCW Platform for Action Women and Health. Disponível em <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/health.htm>>. Acesso em: 10 set. 2004a.

_____. United Nations International Conference on Population and Development (ICPD). Programme of Action of the United Nations International Conference on Population & Development. Disponível em <<http://www.iisd.ca/cairo.html>>. Acesso em: 10 set. 2004b.

Recebido em 23 de novembro de 2011

Aceito para publicação em 15 de dezembro de 2011